



MANIFESTO

Maio da Resistência e Enfrentamento: em defesa da classe trabalhadora!

Leitura da Conjuntura

O Brasil chegou neste mês de maio de 2021 à triste marca das mais de 400 mil vidas perdidas pela Covid-19, reflexo da atitude criminoso do governo federal, que segue com a condução de sua necropolítica, impedindo a adoção de estratégias para mitigar os efeitos desta pandemia. O país está há semanas com altas taxas de ocupação de leitos hospitalares e de incidência de novos casos. O cientista Miguel Nicolelis afirma que a combinação "vacinação lenta, exposição a novas cepas do vírus e relaxamento do isolamento social é uma combinação explosiva." Alertando ainda que, nesse ritmo, o Brasil pode acumular mais de um milhão de vítimas até 2022.

Nesse cenário, a pandemia aprofunda iniquidades: alto índice de desempregos (são mais de 14 milhões de pessoas desempregadas atualmente no Brasil), pessoas sem proteção social, sem acesso ao auxílio emergencial em valor suficiente para viverem e com fome. Além disso, são pessoas negras e indígenas que morrem mais pela Covid-19, da mesma forma que são estas que proporcionalmente receberam menor cobertura de vacinação até o momento.

Não bastasse este cenário de falta de vacinas, falta de políticas sociais para garantia da preservação de empregos e renda da classe trabalhadora, e ataques, desmontes e retrocessos contra a saúde e segurança de trabalhadoras e trabalhadores, começamos o ano de 2021 com cortes de recursos para o SUS, que tem um orçamento previsto com menos de R\$65 bilhões em relação ao mínimo necessário para o enfrentamento da pandemia neste momento, como denuncia o CNS (boletim COFIN/CNS).

As prefeituras já anunciaram que não terão condições de manter os serviços funcionando até o final do ano com este orçamento. E não se pode continuar com a lógica de "enxugar gelo" com investimentos apenas em leitos de UTI para COVID-19. A propósito, essa tem sido a resposta global brasileira à pandemia: abordagens predominantemente centradas na doença, no enfoque biomédico e hospitalocêntrico; um tipo de abordagem que tem regido frequentemente o modo de funcionamento do modelo técnico-assistencial do sistema de saúde brasileiro.

A história já nos mostrou que este modelo é bastante limitado quando colocado diante dos enfrentamentos aos determinantes sociais da doença em nosso país, já que não consegue assumir a responsabilidade social que a área da saúde demanda, tampouco é capaz, no plano coletivo, de ser modificador de indicadores sociais. No entanto, atende a interesses de mercado, onde a doença se torna a principal mercadoria e fonte de lucro.

E é nesta arena de interesses, fortalecida com a crise que vivemos - que muito mais do que político-sanitária, é humanitária - que este modelo de cuidado tem se definido, em detrimento da valorização da Atenção Básica, que sem uma coordenação nacional, tem resultado em nossa questão atual que é de baixa orientação para medidas de carácter preventivo e coletivo, e ações de promoção e proteção à saúde.

A Saúde de Trabalhadoras e Trabalhadores frente aos desmontes

A Saúde de trabalhadoras e trabalhadores têm relação direta com demandas humanitárias e civilizatórias do trabalho decente que é uma das metas da Organização Internacional da Saúde (OIT). Desafio histórico em face da dívida social dos 521 anos de concentração de conhecimento, riquezas e poder nas mãos de poucos, que flertam com o retorno do trabalho escravo e atuam contra as conquistas que indicam o caminho do desenvolvimento econômico envolvendo o conjunto da população.

O processo de precarização do trabalho consequente à onda neoliberal das últimas décadas se instalou no Brasil a partir do início dos anos 90, no governo de FHC, com as privatizações. Depois de uma década e meia de avanços nos direitos sociais, a pauta neoliberal é retomada com ataques sistemáticos aos direitos sociais no Brasil, a partir do governo ilegítimo do presidente Temer, produzindo estragos aos direitos trabalhistas decorrentes de uma política expressa no manifesto "Ponte para o Futuro" e do projeto de desconstitucionalização, capitalização e destruição de direitos.

A "terceirização" transforma-se em regra para contratação de empregados, com efeito colateral no aumento da instabilidade das relações de trabalho (Lei 13.429/2017), enquanto o "trabalho intermitente", trabalho sem contrato, *uberizado* - sem previsibilidade de horas a cumprir nem direitos assegurados, abre a possibilidade de mulheres gestantes trabalharem em ambientes insalubres, por exemplo ("Reforma Trabalhista" - Lei 13.467/2017).



Fórum das Entidades Nacionais de Trabalhadoras(es) da Área de Saúde

A EC 95, única no mundo que congela investimentos por mais de 20 anos, é outra grave medida apresentada como o caminho da prosperidade, segundo Paulo Guedes, com objetivo de desconstruir a Constituição Federal de 1988. Como nos demais setores de produção, a terceirização também cresceu na saúde, tanto no setor privado quanto público, para diminuir custos com a remuneração da força de trabalho e fugir do cumprimento dos direitos de trabalhadoras e trabalhadores. No SUS, tal cenário se compõe com a ausência de concurso público.

O desmonte dos direitos de trabalhadoras e trabalhadores recrudescer no governo Bolsonaro. Com a gradativa e contínua destruição do trabalho formal, o resultado é uma desoladora precarização das condições de vida e de existência de trabalhadores e trabalhadoras. Tal cenário se agrava a partir da pandemia pelo Covid-19, resultado da agenda ultraliberal que limita as capacidades do Estado de responder a uma crise sanitária econômica e social sem precedentes.

Neste contexto de um governo que surfa na onda do autoritarismo, os primeiros ataques são contra a Democracia; o Controle Social do SUS, Saúde, Ciência/Tecnologia & Inovação e a Educação como bem público e Direito; bem como ao Trabalho e às Trabalhadoras e Trabalhadores em geral e aos da Saúde.

Convocação para incidência política, por meio de lutas, de movimentos, de experiências e da tomada de consciência com vias à condução de um sistema de práticas que se oponham à “racionalidade neoliberal”

Mais uma vez nos solidarizamos às famílias das mais de 400 mil vítimas da Covid-19 em nosso país. Precisamos ampliar a luta pela responsabilização do Governo Federal, bem como garantir que medidas de enfrentamento à pandemia sejam efetivamente adotadas. É preciso investir no fortalecimento das ações de vigilância em saúde articuladas à Atenção Básica, com ampliação da oferta de testagens, busca ativa, vacina e proteção social de todas as pessoas.

Reiteramos a luta pela revogação do “teto dos gastos públicos” em Saúde (EC95/2016), pela ampliação dos recursos do SUS no orçamento de 2021 em especial para as ações da Estratégia Saúde da Família e de vigilância em saúde, bem como pela agilização na compra e distribuição de vacinas, pela aprovação do PL 1462/2020 (licenciamento compulsório), com a garantia de vacinação exclusiva pelo SUS para todas e todos os brasileiros, sem furar filas, uso de critérios de equidade social e critérios clínicos epidemiológicos. Também defendemos a garantia do auxílio emergencial no valor mínimo de R\$600,00 (com ampliação do debate e efetivação da renda básica mínima).

Ao Senado, a nossa confiança, que não seja desperdiçada esta oportunidade da CPI COVID-19 histórica. E que ela seja realizada com transparência, investigação limpa para que se torne um marco divisor na retomada de um caminho civilizatório e na revisão do papel do Estado junto a sociedade na promoção de desenvolvimento econômico e com inclusão social.

Às trabalhadoras e aos trabalhadores, o nosso compromisso com a luta permanente no enfrentamento à agenda ultraliberal e por um novo contrato social que assegure: emprego protegido, servidora e servidor público com ingresso por meio de concurso público, garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, proteção social, reativação da mesa nacional de negociação permanente do SUS, carreira única do SUS, igualdade com equidade e inclusão social!

Brasil, 05 de maio de 2021.

Trabalhadoras e Trabalhadores em defesa do SUS!

#RevogaEC95

#VacinaParaTodaseTodosnoSUSJÁ

#NãoAPEC32

#AuxílioEmergencialde600

#CNS #FENTAS

#ProtegerATrabalhadora

#ProtegerOBrasil

#MaiodaClasseTrabalhadora